

A EPISTOLOGRAFIA NO QUOTIDIANO DOS MISSIONÁRIOS JESUÍTAS NOS SÉCULOS XVI E XVII

JOÃO PEDRO FERRO *

A Companhia de Jesus, aprovada oficialmente pelo Papa Paulo III (bula *Regimini Militantis ecclesiae*, de 27 de Setembro de 1540) teve como primeiro Geral Inácio de Loyola, que ficou sediado em Roma, e que, praticamente sozinho, iria modelar o funcionamento da Companhia, em grande parte de acordo com a sua personalidade¹. Uma das características desta nova ordem e que a diferenciou de todas as instituições então existentes no mundo católico foi a imposição aos membros de uma fortíssima disciplina e de um sentimento de obediência inquestionável que, aliados a um forte centralismo, estiveram na base do seu rápido sucesso. Efectivamente, as Constituições da Companhia de Jesus, aprovadas na primeira congregação geral em 1558², regulavam meticulosamente todos os aspectos da vida quotidiana dos missionários, indo ao ponto de determinarem os gestos, as expressões faciais e os assuntos que deviam obrigatoriamente constar das confissões periódicas, insistindo sempre no aspecto da obediência aos superiores³. Esta característica marcou a acção dos missionários e, naturalmente, das cartas que escreveram.

* Licenciado em História. Bolseiro da Fundação Oriente, Lisboa.

¹ Para uma primeira abordagem da formação e dos primeiros tempos da Companhia de Jesus, veja-se Jean Lacouture, *Os Jesuítas*, I, *A Conquista*, Lisboa, 1993, com bibliografia actualizada. Consulte-se também a monumental e clássica obra de Georg Schurhammer, *Francis Xavier. His Life. His Times*, tradução do original alemão de M. Joseph Costelloe, SJ, 4 vols., Roma, 1973-82.

² Sobre a complexa formação dos textos das Constituições, das suas versões e edições, vejam-se os três volumes da 3ª série da *MI*.

³ No sumário das *Constituições* impresso em Lisboa em 1582 e reimpresso em Évora em 1603 (*Regras*, 1582 e 1603), pode ler-se no parágrafo 31: «Importa muito

Logo desde o início da criação dos vários colégios jesuítas e da dispersão dos missionários pelos novos mundos, Inácio de Loyola, compreendeu que não podia controlar convenientemente os negócios da Ordem se não obtivesse informações pormenorizadas e frequentes das várias partes ⁴. A sua personalidade, aliás, fazia-o desejar estar sempre a par dos mais ínfimos pormenores da conduta dos seus subordinados ⁵. E, mesmo antes de estarem estatuídas normas a esse respeito, terá instruído os seus missionários para lhe enviarem relatórios sob a forma de cartas logo que partissem para os seus destinos ⁶. E a obri-

pera se aproueitem, & he mui necessario que se dem todos á enteira Obediencia, reconhecendo o superior qualquer que seja em lugar de Christo nosso Senhor, & tendo lhe interiormente reuerencia & amor: & obedeçam não somente na execuçam exterior do que se manda enteira & pontamente [*sic*] com a fortaleza & humildade deuida, sem escusas & murmurações, ainda que se mandem cousas difficulto/sas & segundo a sensualidade repugnantes: mas tambem se esforcem interiormente a ter a resignaçam & abnegaçam verdadeira de suas proprias vontades & juizos, conformando totalmente seu querer & sentir com o que o superior quer & sente em todas as cousas onde se não visse pecado, tendo a vontade & juizo de seu superior por regra da sua vontade & juizo pera que mais perfeitamente se conformem com a primeira & summa regra de toda a boa vontade & juizo, que he a eterna bondade & sabedoria» (*Regras*, 1582, fols. 10-10v; cf. também os parágrafos 32, 33, 34, 35 e 36). Como se não bastasse, juntou-se às edições referidas uma carta de Inácio de Loyola, datada de Roma, 26 de Março de 1553, dirigida aos irmãos da Companhia em Portugal, acerca da «obediência». Veja-se também sobre o assunto, Jean Lacouture, *ob. cit.*, I, pp. 128-129.

⁴ Cf. *Constitutiones*, VIII, I, 8-9. Logo no «*Constitutionum textus a* (1547-1550)», aparece estabelecido: «Ayudará la comunicati6n de letras entre los inferiores y los superiores, y el saber a menudo vnos de otros, viendo las nuevas de vnas y otras partes vienen, de lo qual tendrán cargo los superiores, en special el general y los provinciales (fol. 77r, P. VIII, c. 3, in *MI*, 3ª série, II, p. 229), texto que foi sendo desenvolvido nas versões posteriores.

⁵ Jean Lacouture, *ob. cit.*, I, p. 122.

⁶ Ainda no início da SJ, Polanco enviou uma circular a toda a Sociedade apontando vinte razões para uma correspondência diligente que podem ser agrupadas em três classes: *razões internas*: as cartas promoviam a união e o amor entre os membros da Ordem, além de os encorajarem; auxiliavam o bom governo da Companhia e uma eficiente distribuição dos missionários; *razões externas*: contribuíam para o bom nome da instituição, para o desenvolvimento das vocações (aumentando por conseguinte o recrutamento) e promoviam as ajudas dos simpatizantes da Companhia; *razões individuais*: fortaleciam as vocações, incrementavam o trabalho missionário e forneciam consolo. O mesmo Polanco elaborou umas «Regras para serem observadas nas cartas por aqueles da Sociedade que estão fora de Roma» em que fornecia detalhes sobre a organização das cartas, a ordenação do seu conteúdo e recomendava que duas ou três cópias fossem enviadas para Roma (cf. John Correia-

gação de redacção de cartas passou assim a fazer parte integrante do quotidiano dos missionários jesuítas, embora não de todos, como veremos

Os jesuítas enviados como missionários para o Oriente partiam de Lisboa, integrados na «Carreira da Índia»⁷. Antes da viagem e durante a mesma, tinham de anotar diariamente as coisas de edificação e «de ponerlas por memoria para en el cabo del viage hazer de todo una carta para consolar nos a todos los que acá quedamos»⁸. As cartas relatando a viagem eram portanto escritas quando chegavam ao destino, ou aproveitando os tempos livres antes da partida, durante a viagem ou nas várias paragens⁹. Foi assim que Francisco Xavier, chegado a Goa em 6 de Maio de 1542, depois de mais de um ano de viagem desde Lisboa (partiu em 7 de Abril de 1541), enviou em 20 de Setembro desse ano uma carta para os seus companheiros da Europa, a tempo de apanhar o retorno da Armada, dando resposta à solicitação que lhe fora feita de escrever «muy largo de nuestra llegada en estas partes de la Yndia, todas las vezes que ser pudiese»¹⁰. Esta carta descrevia pormenorizadamente a viagem até Goa, estando recheada de pormenores edificantes. Com a mesma data, Francisco Xavier escreveu outras duas cartas, dirigidas a Inácio de Loyola, com caracteres bastante diferentes da primeira, onde se referia pormenorizadamente ao governador Martim Afonso de Sousa e descrevia a situação religiosa na Índia, para além de fornecer algumas informações que trazia de Lisboa acerca da criação de um colégio da Companhia em Coimbra¹¹.

Afonso, *Jesuit Letters and Indian History. A Study of the Nature and Development of the Jesuit Letters from India (1542-1773) and Their Value for India Historiography*, prefácio de Georg Schurhammer, Bombay, 1955, pp. 3-4 [existe 2ª ed.: Bombay-London-New York, 1969]].

⁷ Segundo os dados conhecidos, até ao final do século XVI partiram para o Oriente por esta via cerca de 400 missionário jesuítas, número que cresceu para além dos 2.000 até 1750 (cf. J. Wicki, «Liste der Jesuiten-Indienfahrer 1541-1758», in *Portugiesische Forschungen der Görresgesellschaft*, vol. 7, Münster, 1969, pp. 269-334).

⁸ Instrução do P. Provincial Torres para o P. M. Álvares, Lisboa, 1560 (*DI*, IV, p. 551, doc. nº 16, citado em J. Wicki, *As relações de viagens dos Jesuítas na Carreira das naus da Índia de 1541 a 1598*, separata de *II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa. Actas*, Lisboa, 1985, p. 8. Este autor registou, para este período, um total de 102 relações de viagem.

⁹ *Ibidem*, pp. 8-9.

¹⁰ *EX*, I, pp. 119-128; *DPPO*, III, pp. 26-34.

¹¹ *EX*, I, pp. 132-137 e 139-143; *DPPO*, III, pp. 35-47.

Logo aqui nestas primeiras cartas que o Apóstolo das Índias escreveu do Oriente se nota uma das características da epistolografia jesuítica: a elaboração de cartas, como era o caso da primeira, versando questões edificantes e que se destinavam à publicidade e outras, dirigidas ao Geral da Companhia, onde então se descreviam todos os outros problemas. Saliente-se que o próprio Francisco Xavier, longe das decisões tomadas em Roma e em Portugal e antes mesmo de ser nomeado Propósito da Província da Índia Oriental ¹², desejava também estar sempre a par do que se passava:

«Muito largamente me escreveis novas de vos e de tudo o que lá fazeis, e muito particularmente novas do collégio e de todos os padres e irmãos que lá estão e o fruto que lá se faz [...]. E assim dos irmãos que vierem de Portugal me escrevereis quantos são, e quantos padres vêm e quantos leigos, e se vêm alguns pregadores e quem são. Tudo muito largamente me escrevereis em duas ou três folhas de papel. E assim todos os padres e irmãos me escreverão, cada hum por si, da maneira que estão e como consolados [...]» ¹³.

Como acontecia com muitas outras questões da Companhia de Jesus, tudo o que se referia às cartas que os missionários deviam escrever estava perfeitamente regulamentado, embora com diferenças consoante se tratasse de jesuítas na Europa ou no ultramar. Os reitores dos colégios e os propósitos provinciais na Europa deviam escrever semanalmente ao seu provincial e de três em três meses ao Geral em Roma, a não ser que houvesse algum assunto urgente; os provinciais, por sua vez, deviam responder aos seus subordinados de três em três meses e ao Geral mensalmente; o Geral, por sua vez, respondia aos provinciais também de dois em dois meses e aos reitores dos colégios e propósitos locais de seis em seis meses. Era igualmente explicitada a forma como deviam escrever as cartas e comunicá-las:

«Para que las nuevas de la Compañia puedan comunicar se a todos, seguirásse la forma seguinte. Los que son debaxo de un provincial de diuersas casas o collegios, escriuan cada principio

¹² Nomeado por carta de Inácio de Loyola de Roma, 10 de Outubro 1549 que, no entanto, só chegou ao conhecimento de Francisco Xavier em Malaca, Dezembro 1551 (*DI*, I, 507-510; *DJ*, I, 128-130).

¹³ Carta de Francisco Xavier, de Malaca, a Paulo Camerino, António Gomes e Baltazar Gago, de 29 de Junho 1549 (*EX*, II, 119-135; *DJ*, I, 113-117).

de quatro meses una letra que contega sólamente las cosas de edificación en la lengua vulgar de la prouincia, y otra en latin del mesmo tenor, y embíen la una y la otra duplicada al prouincial, para que embíe la una copia latina y vulgar al general con otra suya, donde diga lo que ay notable o de edificación que no tocam los particulares; y la otra haga copiar tantas vezes, que baste para dar noticia a los otros de su prouincia. En caso que se perdiessse mucho tiempo en embiar al prouincial estas letras, pueden los locales y rectores embiar al general derechamente sus cartas latina y vulgar, y la copia al prouincial. También el prouincial, quando le pareciesse, puede cometer a algunos de los locales que auisen a los demás de su prouincia, embiándo les copias de la que escriuen al prouincial.

Pero para que lo de una prouincia se sepa en otra, dará orden el general que de las letras que se embían de las prouincias, se hagan tantas copias, que basten para proueer a todos los otros prouinciales; y ellos assí mesmo las harán copiar para los de su prouincia.

Quando uuiessse mucho comercio de una prouincia a otra, como de Portugal a Castilla y de Sicilia a Napoles, el prouincial de la una podrá embiar al de la otra la copia de las que embia al general»¹⁴.

No que se refere ao ultramar, não podia haver normas tão rígidas devido às dificuldades de comunicações. Em princípio, os reitores dos colégios e os propósitos locais escreveriam aos seus provinciais quando achassem bem ou fosse possível, embora devessem escrever ao Geral, se para isso houvesse oportunidade, duas vezes por ano. Os provinciais da Índia e do Brasil escreviam para Roma sempre que houvesse possibilidade de navegação. Em relação aos missionários que não ocupassem os referidos cargos na hierarquia jesuítica, escreveriam aos seus provinciais conforme estes lhes tivessem ordenado, uma vez por semana ou mesmo todos os dias, respondendo-lhes eles todos os meses; além disso, deviam escrever cartas ânuas ao Geral, «para que este, com a sua prudência, estatufísse o que se devia fazer»¹⁵.

¹⁴ «Constitutiones cum declarationibus, textus D, 1594», P. VIII, c. 1, semelhante às versões do texto B (c. 1556), mas ainda não explicitado nos textos anteriores (cf. *MI*, 3ª série, II, 621-623).

¹⁵ Cf. *Canones*, 1574, pp. 29-31. Para a evolução destas normas, cf. *MI*, 3ª série, II, 620-623.

Mas, para além das normas gerais explícitas nas Constituições, foi-se, a pouco e pouco, construindo um longo corpo de prescrições, de que citamos as principais ¹⁶:

1565 — o Provincial de Portugal podia abrir as cartas vindas da Índia dirigidas ao Geral, excepto as que tivessem escrito «soli» ¹⁷;

1575 — não se podiam escrever para Portugal cartas em desabono dos capitães ou das justiças da Índia; podiam-se, por vezes, escrever cartas de louvor, dirigidas ao Geral ou ao Provincial de Portugal e raramente ao rei ¹⁸;

1576 — as cartas de 1ª via que se destinavam ao visitador não se deviam abrir, ainda que ele estivesse ausente. Neste caso, deviam ser enviadas ao provincial, que podia abrir as 2ª e 3ª vias, excepto as que tivessem «soli» ¹⁹;

1582 — o provincial devia ver as cartas enviadas da Índia ao governo português e a outros seculares, para evitar que se escrevesse sobre assuntos temporais que não pertenciam ao Instituto da Companhia ²⁰;

1583 — onde houvesse dois jesuitas, o superior abriria as cartas dirigidas ao outro ²¹;

1584 — os «chitos», ou seja, os bilhetes ou avisos, e as lembranças em papel deviam obter licença como as cartas para se fazerem e deviam ser igualmente revistos;

1595 — permitia que apenas se escrevesse ao rei quando em resposta a carta do mesmo, o que nunca havia de ser feito sem conhecimento do provincial ou superior;

1598 — as cartas que seguiam de Portugal para a Índia e *vice-versa* deviam ser revistas pelos superiores ou por quem disso estivesse encarregado;

1601 — as cartas de «segredo» dos provinciais e visitadores deviam ser enviadas por jesuítas de confiança e nunca por irmãos novos ou por seculares ²²;

¹⁶ Com base em J. Wicki, «Dois compêndios das Ordens dos Padres Gerais e Congregações Provinciais da Província dos Jesuítas de Goa, feitos em 1664», in *Studia*, n.ºs 43-44 (Jan.-Dez. 1980), pp. 369-372. Referimos a fonte sempre que o autor indica o local da sua publicação.

¹⁷ *DI*, VI, 522.

¹⁸ *DI*, X, 340.

¹⁹ *Extracto*, 36.

²⁰ *DI*, XII, 700.

²¹ *DI*, XIII, 352.

²² *Extracto*, 240.

1606 — os missionários também só podiam escrever com licença;

1607 — as cartas escritas pelo companheiro do provincial e as que recebia deviam ser vistas pelo superior imediato.

1610 — a abertura de cartas dos superiores para os subordinados era caso que caía sob a alçada papal;

1610 — quem revia as cartas devia fechá-las e enviá-las;

1610 — não se deviam escrever cartas de negócios dirigidas ao padre assistente do Provincial de Portugal nem a outros, senão ao Geral, ainda que se pudesse pedir ao assistente que solicitasse um negócio ²³;

s.d. — podiam os particulares escrever ao padre assistente do Provincial de Portugal sem que este tivesse a obrigação de mostrar as cartas ao superior ou a outro ²⁴;

1617 — Nas cartas «soli», dirigidas directamente ao Geral, devia-se guardar o que determinava a *Formula scribendi* ²⁵ e as ordens impressas dos gerais ²⁶ e não se utilizar esta possibilidade apenas para obrigar o Geral a ler as cartas ou com receio de o nome do autor ser divulgado;

1628 — as cartas dirigidas da Índia para o Geral e seu assistente deviam ser enviadas para o reitor do Colégio de Santo Antão em Lisboa, juntamente com uma carta em que se avisava que fora enviada a 1ª ou 2ª via; não tendo a 1ª via chegado a Roma, guardassem-se as outras até que de Roma se recebessem instruções;

1636 e 1647 — as cartas enviadas pelo Geral a particulares que, entretanto, tivessem morrido, deviam ser queimadas pelo procurador da província; e nem o provincial podia ordenar que se abrisse o maço de cartas dirigido ao procurador, nem este podia declarar o destinatário ou o remetente das cartas;

1647 — as cartas enviadas de Roma ao provincial que terminasse funções deviam ser entregues ao novo provincial.

Sempre que os assuntos tratados nas cartas fossem mais graves, as cartas deviam ser escritas em cifra (1591), que podia atingir formas altamente elaboradas, não permitindo que alguém que apanhasse as

²³ *Formula scribendi*, par. 14.

²⁴ *Institutum*, III, 320, dec. 14.

²⁵ Par. 17 (*Institutum*, III, 42).

²⁶ *Ordinationes Praepositorum Generalium*, 1635, 38; *Instructiones ad Provinciales et Superiores Societatis*, 1635, instructio IX («de moderatione in dandis literis ad Generalem»).

cartas percebesse que se encontravam escritas em código e ludibriando mesmo os historiadores actuais ²⁷.

É evidente que estas normas não se cumpriam integralmente, sobretudo no ultramar mas, conhecendo-se o peso que a disciplina e a obediência tinham para estes homens, compreende-se que em grande parte se atendesse ao determinado.

Como facilmente se verifica, de tudo isto resultava, por um lado, enorme profusão de cartas que circulavam por todos os colégios e missões e entre estes e o Geral em Roma e, por outro lado, que o Geral tinha perfeito controle e policiamento da vida da Companhia, sendo difícil, mesmo que se pretendesse, enviar-lhe informações falsas dados os meios que ele tinha de cruzar os dados com proveniências diversas. Conclui-se ainda que a vida destes padres e, sobretudo, dos missionários e dos dirigentes, estava bastante ocupada com estas tarefas epistolares. Compreende-se também que os missionários tivessem desenvolvido métodos de observação e de descrição bastante apurados, ao lado de vícios de forma. O policiamento era tão grande que, teoricamente, não podiam existir cartas particulares, não podendo nenhum jesuita introduzir ou levar para fora das casas cartas ou recados sem conhecimento do superior ²⁸. A ideia de que o

²⁷ Uma determinação de 1649 dizia: «usem os nossos de cifra, ou outros modos de declarar, com que tomadas as cartas não se venha à noticia das pessoas contra quem se escreve» (J. Wicki, «Dois compêndios...», p. 379. Cf., sobre o assunto, J. Wicki, «Die Chiffre in der Ordenskorrespondenz der Gesellschaft Jesu von Ignatius bis General Oliva (ca. 1554-1676)», in *Archivum Historicum Societatis Jesu*, 32, 1963, pp. 133-178; Nigel Griffin, «*Virtus verus letters*»: *The Society of Jesus 1550-1580 and the Export of an Idea*, Florença, European University Institute, 1984, p. 21.

²⁸ *Regras*, 1582, fol. 22v, par. 37. «Si alguno de casa scriuiere para alguna parte o persona, sea con licentia y mostrando lo scritto a quien el superior ordenare. Si le fuere a él scritto, assí mesmo las letras vayan primero al que tubiere señalado el superior, el qual las verá y dará o no dará a quien van, según le pareziere ser espediente para su mayor bien o gloria diuina» («Constitutiones cum declarationibus. textus A (c.1550)», P. III, c. 1, in *MI*, 3ª série, II, p. 340). O texto *a*, datado de 1547-1550 era ainda mais incisivo, sobretudo no que se referia aos noviços que deviam ser resguardados o mais possível do mundo exterior não fosse a sua vocação fraquejar: «[...] y si scriuir o rescuiur letras, assí mesmo lo que scriuiere y lo que le fuere scrito debe ver quien el superior ordenar. Y esto del scriuir, aunque es más necessario a los nouitios, que no han cumplido los 2 años de probatió n ni tienen voto, todos los de casa lo obseruen» («Constitutionum textus a (1554-1550)», P. III, c. 2, in *MI*, 3ª série, II, p. 156). De igual maneira os candidatos a ingressar na Companhia deviam garantir que abdicavam dos seus contactos orais ou epistolares, quer com

superior hierárquico devia saber tudo acerca dos subordinados era a constante.

E nada como o próprio Geral, Inácio de Loyola, a dar o exemplo: a sua correspondência, muitas vezes ditada mas escrita por ele próprio outras muitas e sempre cuidadosamente revista, atingiu quase 7.000 cartas até à sua morte em 1556, muitas das quais longas, minuciosas e naturalmente meditadas. E ele próprio explica como redigia a sua correspondência:

«A carta importante, escrevo-a uma vez. Nela relato coisas edificantes e depois, ao examinar e corrigir, tendo em conta que será vista por todos, escrevo-a ou mando-a escrever outra vez, porque o que se escreve deve ser muito mais pensado do que o que se diz [...]. Quanto a mim, obrigo-me a escrever duas vezes uma carta importante para que nela impere uma certa ordem [...], pois a escrita fica; pode sempre dar testemunhos e não se pode corrigir ou explicar como a palavra»²⁹.

Como vimos já, existia um tipo de cartas diferentes, as cartas ânuas, que deviam ser escritas pelos missionários uma vez por ano, como a sua própria designação indica, e enviadas ao Geral³⁰. A primeira carta ânuas das missões orientais deveu-se ao P. Luís Fróis (1532-1597). Este sacerdote, em Novembro de 1552, foi encarregado pelo P. Gaspar Barzeu, de relatar as novas de Goa³¹, o que terminou de fazer em 1 de Dezembro do mesmo ano. Resultou uma longa carta, rica em vocabulário e de composição viva³², demonstrando a sua habilidade «para dar bom expediente a quaisquer negócios de

amigos quer mesmo com familiares: «porque suelen ser las conuersaciones por palabra o scritto de amigos y deudos secundum carnem más para inquietar que para ayudar a los que attienden al spíritu, specialmente a los principios, sean demandados si serán contentes de no conuersar con los tales ni rescriuir letras ni scriuir las, si en algunos casos otro no juzgare el superior, y se por todo el tiempo que estarán en casa, serán contentos que se vean todas las letras que se les scriuen o ellos u enbían, dexando a quien tiene este cargo el cuidado de darlas o no, como se juzgare más espediente en el Señor Nro.» («Examen cum declarationibus, textus B (c. 1556)», in *MI*, 3ª série, II, p. 50, idêntico ao texto D (1594); nem o texto *a* (c. 1546), nem o texto A (1550) mencionam estas determinações).

²⁹ Carta de Inácio de Loyola a Pierre Favre, de 1542, citada em Jean Lacouture, *ob. cit.*, I, p. 134.

³⁰ *DI*, VII, 191, par. 24.

³¹ *DI*, II, 441.

³² Publicada em *DI*, II, 447-491.

papéis»³³ ou o seu talento de futuro historiador, que lhe mereceu ser chamado de Policarpo, «abundante em frutos»³⁴.

As cartas ânuas destinavam-se a uma maior circulação e divulgação e, sobretudo, a serem impressas. Segundo os dados conhecidos³⁵, estas cartas eram compiladas a partir das informações das cartas recebidas pelos reitores ou superiores ou por outro jesuíta dessa tarefa encarregado³⁶. Inicialmente podiam ser escritas em português, mas passou depois a exigir-se que fossem enviadas para Roma em latim, italiano ou espanhol³⁷. As do Oriente convinha que chegassem a Roma em bom estilo latino para serem logo impressas juntamente com as das outras províncias, e que fossem bem revistas «como coisa que se há-de imprimir e comunicar por toda a Companhia». As ânuas do Japão não deviam ser incluídas nas da Província de Goa³⁸. Estas cartas do Oriente podiam ser impressas e mostradas aos seculares, com autorização do provincial ou visitador³⁹, enviando-se uma cópia para Roma e outra para Portugal.

As cartas vindas do Oriente para a Europa eram enviadas normalmente através da Carreira da Índia. Podiam também ser remetidas por via terrestre, o que era mais demorado e com maior facilidade de queda em mãos inimigas⁴⁰. Ficavam assim sujeitas à frequência das

³³ Observação do P. Francisco Cabral em 1559: *DI*, IV, 458; Luís Fróis, *Historia de Japam*, ed. de J. Wicki, I, p. 12*.

³⁴ *DI*, II, 537; III, 365; Luís Fróis, *Historia Japam*, ed. de J. Wicki, vol. I, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1976, p. 4*. Sobre Luís Fróis veja-se, sobretudo, Georg Schurhammer, «P. Luis Frois SI, ein Missionshistoriker des 16. Jahrhunderts in India und Japan», in *Orientalia*, Roma-Lisboa, 1963, pp. 581-604; Engelbert Jorissen, *Das Japanbild im «Traktat» (1585) des Luis Frois*, Munique, 1988; e João Paulo Oliveira e Costa, «A introdução das armas de fogo no Japão pelo portugueses à luz da História do Japão, de Luís Fróis», in *Estudos Orientais*, vol. III, *O Ocidente no Oriente através dos Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, 1992, pp. 113-129.

³⁵ Sobretudo indicados em J. Wicki, «Dois compêndios...», pp. 362-363.

³⁶ «Faça-se na Índia hum compendio das annuas e pode ser em portuguez, e mande-se também a censura que podem ter as annuas da Índia pera se emendar o que está de mais» (*ibidem*). Em 1571 foi decidido que um relatório do Provincial resumindo os relatórios das várias casas da Província fosse enviado para as várias casas da mesma jurisdição (John Correia-Afonso, *Jesuit Letters*, p. 6).

³⁷ *DI*, XIII, 594; XIV, 159.

³⁸ *DI*, X, 342.

³⁹ *DI*, XII, 540-541.

⁴⁰ Como se constata de uma carta régia para D. Duarte de Meneses, vice-rei da Índia, de Lisboa, 6 de Fevereiro de 1589, em que se recomenda que as cartas

navegações, à demora da viagem e ao perigo da perda do navio em que seguiam, quer devido a naufrágio, quer devido a ataques de corsários ou piratas. Como se sabe, as naus da carreira da Índia partiam normalmente de Lisboa, na segunda quinzena de Março ou nos primeiros dias de Abril, embora também pudessem sair em Setembro ou começos de Outubro, de modo a apanharem a pequena monção de sudoeste, a partir de Moçambique. A duração da viagem dependia de vários factores e normalmente oscilava entre os cinco e os sete meses. Contudo, se fosse necessário invernar em algum porto, esse período podia ser estendido até ano e meio. Quanto ao retorno, se se desejava evitar a arribada em Moçambique, tinha de se partir da Índia em Dezembro ou Janeiro. As dificuldades em abastecer os navios do necessário para a viagem bem como, no século XVII, os ataques holandeses e ingleses, causavam atrasos consideráveis nas partidas, que chegavam a efectuar-se só em Fevereiro e Março, já sob a monção contrária, levando a um aumento das invernadas e das perdas de navios.

Chegava-se normalmente a Lisboa entre Junho e Setembro, depois de cerca de ano e meio de viagem⁴¹. Daí que houvesse uma particular preocupação por parte dos missionários, em certas épocas do ano, em despacharem a correspondência a tempo de seguir pelos navios o que, devido à quantidade de cartas a que estavam obrigados e à extensão de muitas delas, constituía tarefa demorada. É assim que vamos encontrar Francisco Xavier, em Cochim, em 1544, preocupado em despachar o correio para a Europa, que começara a escrever em 15 de Janeiro: primeiro ao rei e à rainha, depois a Inácio de Loyola, em terceiro lugar ao P. Simão Rodrigues e finalmente aos irmãos de Roma, tudo a tempo da partida da frota para Lisboa, em finais de Janeiro⁴². Além

enviadas por terra seguissem sempre em cifra, quer os assuntos fossem sigilosos ou não, devido aos riscos que corriam, e que só deveriam ir por essa via se houvesse a certeza de chegarem primeiro que as naus (Goa, Arquivo Histórico do Estado da Índia, Livros das Monções, 3A, fols. 322-328, documento sumariado em *Boletim da Filмотeca Ultramarina Portuguesa*, nº 2 (1955), pp. 287-290). Em relação às cartas dos jesuítas que só eram enviadas por via terrestre em casos excepcionais, cf. *EX*, I, p. 60*.

⁴¹ Sobre este assunto veja-se, sobretudo, Artur Teodoro de Matos, *Subsídios para a História da Carreira da Índia. Documentos da Nau S. Pantalião (1592)*, separata do *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, 45º vol. (1975), Lisboa, 1977, pp. 17-20.

⁴² O mesmo se passou no ano seguinte de 1545 (cf. José Maria Recondo, *San Francisco Javier. Vida y Obra*, Madrid, 1988, pp. 386-390 e 432-437).

disso, a necessidade de apressar as missivas a tempo levava muitas vezes a ter de se abreviar a sua extensão ⁴³. Agravando estes problemas de comunicação, nem sempre havia transporte fácil das várias partes do Oriente que apanhassem a ligação com a carreira da Índia. Em 1546, o P. Henrique Henriques queixava-se aos irmãos de Coimbra não ter ainda notícias de Francisco Xavier depois da chegada deste a Moluco (1546), visto que daquelas partes só podia haver notícias de ano a ano ⁴⁴.

Tudo isto obrigava a que nas casas da Companhia localizadas nos principais portos de comunicação, existissem elementos com a missão de copiar as cartas e de enviar as várias vias para os destinatários, o que tudo tinha que ser feito com cuidado e a tempo da partida dos navios. Quando Francisco Xavier partiu para o Japão, deixou em Malaca, como superior, o P. Francisco Perez encarregado das comunicações postais ⁴⁵. A título de exemplo, vejamos o percurso da chamada «carta grande» que Francisco Xavier escreveu de Kagoshima em 5 de Novembro 1549 e que veio depois a ser amplamente difundida na Europa ⁴⁶.

Esta carta, juntamente com outras de Cosme de Torres, de João Fernandes e de Anjiró (Paulo de Santa Fé), todas datadas de 5 de

⁴³ Em 10 de Novembro de 1545, Francisco Xavier escreveu de Malaca o seguinte aos seus irmãos da Europa: «por estar el navio tan de prissa no torno a escrivir lo que de la India escriví. Para el año que viene os escriviré muí largamente de la gentilidad de los Mogaçares» (*DPPO*, III, 234-236; *EX*, I, 298-301).

⁴⁴ Carta de Goa, 12 de Novembro de 1546 (*DPPO*, III, 380; *DI*, I, 149-156). As comunicações com as Molucas efectuavam-se através da chamada «carreira do cravo» ou «de Ternate», ou utilizando o navio de Banda. No primeiro caso, saindo os navios de Goa em 15 de Abril chegavam a Ternate em fins de Outubro depois de escalas em Cochim e Malaca. No retorno, partia-se de Ternate em meados de Fevereiro, chegando a Goa em Fevereiro ou Março do ano seguinte depois de ter feito escalas em Amboíno, Malaca e Cochim. No segundo caso, saindo de Goa em Setembro, chegava-se a Malaca em fins de Outubro, para desse porto sair apenas em princípio de Janeiro. Chegava-se a Amboíno em meados de Fevereiro e, daí até Banda, eram apenas mais alguns dias. O retorno fazia-se partindo de Amboíno em meados de Maio. Assim, as comunicações Goa, Ternate, Goa, em condições normais demoravam cerca de 23 meses, enquanto que as Ternate, Goa, Ternate, demoravam cerca de 20. Quando um jesuíta escrevia das Molucas para o Geral em Roma podia esperar três anos e nove ou dez meses pela resposta (*DM*, I, p. 9*).

⁴⁵ Cf. carta de Francisco Perez aos jesuítas de Portugal, de Malaca, 24 de Novembro 1550 (*DI*, II, 103-110; *DJ*, I, 192-194). Vejam-se também os comentários do editor de *DJ*, I, p. 192.

⁴⁶ *EX*, II, 166-212; *DJ*, I, 134-170.

Novembro de 1549 foram transportadas para Malaca por um Domingos Dias, num junco de um chinês que matou em Kangoshima. Depois de uma paragem nas ilhas de Cantão, chegaram a Malaca em 2 de Abril de 1550. Francisco Pérez fez então várias cópias que seguiram para a Índia na nau que passou por aquele porto em Dezembro desse ano. Chegando a Cochim, perderam a nau S. Bento que partira para Portugal em 18 de Janeiro de 1551. Entretanto, prepararam-se versões portuguesas das cartas, que estavam prontas em 23 do mesmo mês, tendo sido enviadas algumas cópias e originais no galeão S. João, de Manuel de Lima, que partiu de Cochim no penúltimo dia de Janeiro e que chegou a Lisboa em 9 de Agosto. As restantes cópias e originais, por razões de segurança, foram enviadas em outros navios ⁴⁷.

Os negócios das missões ultramarinas da Companhia de Jesus eram tratados maioritariamente em Lisboa ⁴⁸, devido a ser aqui que se centralizavam os transportes e, até 1566, a não haver missões ultramarinas que não fossem portuguesas. Assim, antes de se enviar a correspondência para Roma, era necessário copiá-la em várias cópias, as de notícias edificantes para serem repartidas pelas várias casas da Companhia e as de negócios para serem tratadas junto dos ministros régios ⁴⁹. O correio entre Lisboa e Roma, entre 1539 e 1542, podia demorar de 15 dias a mais de dois meses ⁵⁰.

Devido a todas estas dificuldades de comunicação, é compreensível o atraso com que as notícias chegavam à Europa e, deste continente, ao Oriente, e é compreensível também a preocupação constante com a perda das missivas, cujas informações, apesar de atrasadas, dificilmente podiam ser dispensadas ⁵¹. A correspondência era em regra enviada em pelo menos 3 vias, que seguiam em navios

⁴⁷ *DJ*, I, 134.

⁴⁸ Sobre a instalação dos Jesuítas em Portugal e as suas primeiras residências e colégios, veja-se Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, nova edição, preparada e dirigida por Damião Peres, vol. II, Porto-Lisboa, Liv. Civilização, 1968, pp. 169-181.

⁴⁹ *Cartas do Brasil e mais escritos do P. Manuel da Nóbrega (Opera Omnia)*, ed. de Serafim Leite, Coimbra, 1955, pp. 66*-67*.

⁵⁰ Segundo os dados compilados em *EX*, I, p. 58*, com base nos documentos do *Corpo Diplomático Portuguez [...]*, 16 vols., Lisboa, 1862-1959.

⁵¹ Para vários exemplos de perda da correspondência trocada entre a Metrópole e o Brasil, cf. *Cartas do Brasil...*, ed. de Serafim Leite, p. 78*.

diferentes ⁵², mas mesmo assim acontecia não chegar nenhuma ao destino, como se queixava o P. Leão Henriques em 1566, pedindo que se remetessem 4 vias, «porque indo por três acaece no llegar allá ninguna» ⁵³. Mesmo entre Lisboa e Roma, a correspondência que seguia por via marítima não estava a salvo de percalços: em 1553 perderam-se todas as cartas que o governo português mandara para Roma, via Génova, pois a fusta em que seguiam foi assaltada pelos Turcos ⁵⁴.

Quando chegavam a Portugal, as cartas eram copiadas e enviadas para as várias organizações da Sociedade, circulando as cópias de colégio em colégio onde eram, por sua vez, copiadas e lidas ⁵⁵. Mas até nestes percursos, digamos «internos», havia o perigo de as missivas se perderem ou deteriorarem irremediavelmente. Veja-se, de novo, o que escreveu em 1566 o P. Leão Henriques de Lisboa:

«por aquí juzgará V. P. quanto peligro pasan de nunca verlas [as cartas] si no se embía más dé una, maxime aviendo de correr toda la provincia, que aunque no se pierda, quando acaba de dar la vuelta ya viene rota y muy mal tratada. Pues copiarlas aqui es cosa que parece imposible por la muchedumbre de copias que se hazen» ⁵⁶.

⁵² À semelhança, aliás, do que acontecia com a documentação régia que circulava na carreira da Índia: em 15 de Fevereiro de 1594, recomenda-se a Matias de Albuquerque, vice-rei da Índia, que em todas as naus que viessem para o Reino seguisse uma via das cartas e papéis dirigidos ao rei, para assim se evitar ficar-se sem notícias, se acontecesse perder-se a nau em que estas seguissem, devendo proceder-se do mesmo modo para com toda a correspondência oficial (Goa, Arquivo Histórico do Estado da Índia, Livros das Monções, 2A, documento sumariado em *Boletim da Fílmoteca Ultramarina Portuguesa*, nº 2 (1955), pp. 198-199).

⁵³ Carta de Lisboa, 30 de Julho de 1566, dirigida ao Geral, citada em *Cartas do Brasil...*, ed. de Serafim Leite, p. 67*.

⁵⁴ Carta de D. Afonso de Alencastre, embaixador de Portugal em Roma a D. João III, de 23.8.1553 (*Corpo Diplomático Português*, VII, 249; Alfredo Pimenta, *D. João III*, Porto, 1936, pp. 342-43).

⁵⁵ Yoshitomo Okamoto, *Letters of the Society of Jesus*, Tokyo, 1949, p. 2; *Cartas de Fernão Mendes Pinto e outros Documentos*, ed. de Rebecca Catz, Lisboa, 1983, p. 8. Para obviar as demoras na circulação das notícias entre as várias casas, a partir de certa altura, as cartas a serem divulgadas passaram a circular abertas de modo a puderem ser lidas nos pontos de passagem. No entanto, rapidamente se verificou que ficavam sujeitas a deturpações e mesmo a falsificações, pelo que foi depois decidido que deviam ir primeiro ao Colégio de Coimbra para serem expurgadas, só depois podendo circular (John Correia-Afonso, *Jesuit Letters*, pp. 33 e 37).

⁵⁶ Carta citada na nota 52.

E, em 1610, o P. João Álvares, visitador da Província de Portugal, recomendou aos perfeitos da leitura que encaminhassem com brevidade e segurança as cartas que haviam de percorrer a Província ou ir para o cartório de Coimbra, para que não se perdessem ou deixassem de ler nos colégios ⁵⁷.

Vimos já como as cartas eram uma preocupação constante no quotidiano dos missionários, que periodicamente eram obrigados a escrevê-las e que, para isso necessitavam de ir registando os acontecimentos diários de modo a poderem descrevê-los. E também como o trabalho epistolar ocupava uma parte substancial na vida quotidiana dos jesuítas que ocupavam os principais cargos da hierarquia, quer escrevendo eles próprios as cartas, quer ditando-as ou revendo as redacções finais. Assim, os momentos de maior descanso, entre as frequentes viagens e as actividades missionárias, eram destinados à escrita. Em 1554 Luís Fróis, a caminho do Japão, ficou retido quase um ano em Malaca devido à falta de transporte. Durante esse período, como secretário do vice-provincial, teve ocasião de escrever bastantes cartas ⁵⁸. Durante o período da sua missionação, entre 1552 e 1597, ou seja, 45 anos, escreveu de sua autoria pelo menos 130 cartas ⁵⁹, ou seja, quase três por ano, ao mesmo tempo que recolhia material para escrever a sua copiosa e enorme *Historia de Japam* e se dedicava a variados trabalhos administrativos. E não foi de modo algum o missionário mais produtivo epistolarmente.

Como é natural, nem todos os missionários escreviam cartas, nem isso era desejável por parte da Companhia. Embora o assunto não esteja ainda suficientemente estudado, o elitismo cultural praticado pela Companhia de Jesus revelava-se sem disfarces. Conhece-se a existência do envio de missionários analfabetos para o Oriente ⁶⁰. Os estatutos eram, aliás, claros no que se referia ao pessoal menor das missões:

«nenhum dos que sam recebidos pera os officios de casa, aprenda a leer, ou escrever, nem aprenda mais, ainda que saiba algũa

⁵⁷ Citado em *Cartas do Brasil*, ed. de Serafim Leite, p. 79*.

⁵⁸ Luís Fróis, *Historia de Japam*, ed. de J. Wicki, p. 5*.

⁵⁹ A sua relação mais actualizada pode ver-se em Luís Fróis, *Historia de Japam*, ed. de J. Wicki, pp. 34* e ss.

⁶⁰ J. Wicki, «As relações de viagens...», p. 9.

cousa, nem alguém o ensine sem licença, do Preposito geral, mas bastar lhe ha seruir a Christo nosso Senhor com santa simplicidade & humildade»⁶¹.

As cartas de edificação escritas pelos missionários jesuítas e enviadas aos «padres e irmãos» da Europa e das várias partes do Oriente tinham uma importante função motivadora e de manutenção da moral e da união das várias casas da Companhia. Foi o próprio Francisco Xavier a reconhecê-lo:

«Después de Malaca me dieron muchas cartas de Roma y de Portugal, con las cuales tanta consolación recebi y recibo (todas las vezes que las leo) y son tantas las vezes que las leio, que me parece que estoi yo allá, o vosotros charíssimos Hermanos, acá do yo estoi, y si no corporalmente, saltem in spiritu»⁶².

No mesmo sentido escreveu Luís Fróis em 1552:

«As cartas que de Portugal vieram, assim desse Colégio [de Coimbra] como do Brasil, no ano de 52, sobre maneira nos alegraram, e houve com elas assaz de fervor. Na noite que chegaram, se leram com campainha tangida até à uma depois da meia noite, e no refeitório todos os dez dias seguintes. E logo, treslado o sumário delas, foram mandadas à China, Japão, Maluco e Malaca, e todas as mais partes donde os Padres nossos andam. E se soubésseis, caríssimos, quanto cá soam as novas que de lá vêm, e quanto o povo, além dos Irmãos, as deseja e cobiça, e quantas relíquias se cá fazem de vossas cartas, sem dúvida que me parece que vos ofereceríeis a qualquer detrimento do corpo por dardes cá aos Irmãos recuações [i.e., recordações] tão suaves»⁶³.

Embora descontando algum exagero, não é difícil imaginar este quadro, nem um público cada vez mais vasto que, mesmo analfabeto, ansiava por ouvir relatar os difíceis feitos dos novos «cruzados» em prol do catolicismo. Muito menos custa acreditar no bálsamo que seriam estas notícias para missionários em terras distantes, afastados do mundo ocidental e, quantas vezes, rodeados de gente hostil. Além disso, eram um notável meio de propaganda e de fortalecimento da Companhia de Jesus.

⁶¹ *Regras*, 1582, «Regras comuns», fol. 18v, par. 14.

⁶² Carta de Francisco Xavier para os irmãos da Europa, datada de Malaca, 10 de Novembro de 1545 (*DPPO*, III, 234-236; *EX*, I, 298-301).

⁶³ Carta de Luís Fróis aos Irmãos de Coimbra, Goa, 1.12.1552 (*DI*, II, 488, citado em *Cartas do Brasil...*, ed. de Serafim Leite, pp. 63*-64*).

Inácio de Loyola rapidamente se apercebeu das grandes vantagens da propagação das cartas dos seus correligionários. E também se apercebeu logo de início que, para satisfazer as necessidades de um público cada vez crescente, necessitava de as mandar imprimir. A primeira carta impressa foi a de Francisco Xavier, escrita em Cochim em 15 de Janeiro de 1544, que saiu traduzida em francês, logo no ano seguinte ⁶⁴. A escolha de começar por uma tradução em francês e uma edição em Paris não foi certamente sem intenções, que se prendiam com a criação da Companhia e com a passagem do mestre em Artes, agora Geral da nova Sociedade, e dos seus companheiros pela universidade parisiense. Saiu logo uma segunda edição e, no mesmo ano, uma edição em alemão, com claros objectivos de combate religioso ⁶⁵. A partir daqui, as edições sucederam-se, a um ritmo alucinante pela Europa, traduzidas em praticamente todas as línguas e alcançando um sucesso que faz destas publicações um dos mais interessantes e importantes fenómenos editoriais da centúria de Quinhentos. Numa sondagem sem pretensões de completa ⁶⁶, registámos, até final do século XVI, mais de uma centena de edições diferentes, e não serão a totalidade, distribuídas pelas principais cidades da Europa católica, com principal predomínio para Roma (20), Paris (13), Veneza (11) e Coimbra (7) ⁶⁷. Na sequência cronológica, seguidamente a Paris, e à edição alemã referida, aparece Coimbra, depois Roma e de novo Coimbra, como é facilmente compreensível: primeiro a cidade onde

⁶⁴ *Copie dunne lettre missive envoiee des Indes, par mōsieur maistre François Xavier, frere treschier en Ihesuchrist, de la societe du nom de Ihesus, a son pruoost monsieur Egnace de Layola, et a tou ses freres estudiās aux lettres a Romme, Pauie, Portugal, Valence, Coulogne, et a Paris*, Paris, 1545.

⁶⁵ Cf. Joseph Wicki, «Der älteste deutsche Druck eines Xeverius-brifes aus dem Jahre 1545 (ehemals in Besitz des Basler Humanisten Depusculus)», in *Neue Zeitschrift für Missionswissenschaft*, 4 (1948), pp. 297-300.

⁶⁶ Realizada com base no catálogo do fundo da British Library, em Londres, de onde seleccionamos as edições relativas apenas ao Extremo-Oriente. Para uma pesquisa mais completa, comece-se pela recente bibliografia de László Polgár, SJ, *Bibliographie sur l'histoire de la Compagnie de Jésus. 1901-1908*, vol. I, *Toute la Compagnie*; vol. II, *Les Pays*; vol. III, *Amérique, Asie, Afrique, Oceanie*, Roma, 1981-1986 e pelos clássicos Charles Sommervogel, SJ, *Bibliothèque de la Compagnie de Jésus*, nova ed., 11 vols., Hérvelé-Louvain, 1960 e Robert Streit, *Bibliotheca Missionum*, vol. IV, *Asiatische Missions-literatur 1245-1589*, Aachen, 1928.

⁶⁷ Sobre as edições portuguesas, espanholas e italianas desta cartas, existentes na Biblioteca Nacional, em Lisboa, veja-se Durval Pires de Lima, «As Cartas dos Jesuítas», separata da *Revista da Biblioteca Nacional*, n.ºs 1-2 (1983), pp. 215-243.

nasceu a Sociedade de Jesus, depois o combate contra os protestantes, então a sua sede e finalmente o importante colégio de Coimbra onde os candidatos a missionários iam aprender português.

Se observarmos a evolução cronológica do número de edições, verificamos que houve um incremento grande em 1556 e 1559, reflectindo a morte de Francisco Xavier, em 1570, no ano da Batalha de Lepanto contra os Turcos e do Massacre de S. Bartolomeu, 1580, no ano em que Valignano está no Japão e a partir do início da década de 80, quando os jesuítas começaram a ser perseguidos e massacrados no Japão também. Percebe-se, portanto, existirem assuntos que, apesar de chegarem à Europa com mais de um e mesmo dois ou três anos de atraso, mobilizavam o público. A partir do final da década de 30 do século XVII, com as dificuldades de permanência no Japão e com as próprias dificuldades da monarquia peninsular, o interesse das cartas dos jesuítas vai ser transferido sobretudo para as possessões francesas da «nouvelle France»⁶⁸.

É curiosa a análise da questão das línguas das edições. A esmagadora maioria respeitou ao italiano (73), seguida à distância pelo latim (57), pelo francês (37), pelo castelhano (18), pelo português (13) e pelo alemão (11). Note-se que durante o século XVI, o francês ultrapassava largamente o latim. A primeira edição em latim só apareceu em 1563, começando a suplantá-lo a partir do início do século XVII, no rescaldo do Concílio de Trento. Existiu, portanto, uma clara política de preferir as línguas vernáculas ao erudito latim, pelo menos no século XVI, o que se pode explicar, por um lado pela relação pouco favorável que Inácio de Loyola e outros dos jesuítas fundadores tiveram com esta língua, por outro, pelo objectivo de tentar alcançar um público mais vasto, entre os estratos sociais inferiores, onde a cultura do livro chegava afinal em maior quantidade do que à primeira vista se pode imaginar⁶⁹, e ainda,

⁶⁸ A partir de início do século XVIII, satisfazendo o crescente gosto europeu pelas coisas do Oriente, começaram a editar-se várias colecções de cartas de jesuítas, de que a mais famosa foi a que se publicou em Paris entre 1707 e 1776, em mais de trinta volumes, intitulada *Lettres édifiantes* (cf. André Rétif, «Brève histoire des *Lettres édifiantes et curieuses*», in *Neue Zeitschrift für Missionswissenschaft*, 7 (1951).

⁶⁹ Vejam-se, a este respeito, os estudos de Roger Chartier, principalmente os reunidos em *História Cultural. Entre Práticas e Representações*, Lisboa, 1988 e o capítulo «Stratégies éditoriales et lectures populaires. 1530-1660», no seu livro *Lectures et lecteurs dans la France d'Ancien Régime*, Paris, 1987, pp. 87-124.

como o definiu muito bem Lucien Febvre, pela dificuldade cada vez maior que o latim tinha em se adequar a novas descrições⁷⁰. A ideia da tradução das cartas para latim parece dever-se ao P. Jerónimo Nadal, em 1562, com o objectivo de contribuir no combate contra a Reforma:

«quanto á lo demás, por el deseo que tengo tan grande que se ayude Alemaña y da Compañia en ella, entre las otras cosas, pensé mucho tiempo ha que las mejores cartas de las Indias, imo todas las que pareciessem poder dar alguma aedificación, se hiziessem latinas, y se estampassen. Esto procuré yo en tiempo del P. Maestro Ignatio y del P. Maestro Laynez; y, pensando que se havia hecho mucho, he hallado agora no más de dos ó tres cartas hechas latinas, y no del mejor estilo del mundo, y alla verdad me he contristado hasta dello: porque entrando en Alemaña pensava hallar gran cosa dellas ó todas y estamparlas, y ansí abieci animum que por acá se pueda hazer, y hele puesto en que esta versión se haga en Roma, la qual podrá hazer muy bien el P. Maestro Fulvio, el qual no perdería mucho que algún tiempo se desocupasse para esto, teniendo uno que le escribiesse»⁷¹.

Em relação ao público, não nos deixa dúvidas o título da edição de Lisboa de 1588 quando afirma que os capítulos foram impressos «pera se poderem com mais facilidade cōmunicar a muitas pessoas que os pedem», ou o prefácio da *Relação Anual* de 1609, confirmando o que já se indicava nas anteriores de 1603, 1605 e 1607:

«já que Deus [...] não falta com obrar pelos prégadores e ministros do seu Evangelho desta mínima Companhia de Jesus tantas coisas próprias suas na conversão da gentildade do Oriente e mais partes das conquistas desta Coroa de Portugal, não é razão que nós faltemos em as referir e publicar, para que sejam sabidas dos que com tanto desejo esperam por elas e nos pedem de tantas partes deste reino e fora dele lhas queiramos mandar»⁷².

⁷⁰ Lucien Febvre, *O Problema da Descrença no século XVI. A Religião de Rabelais*, Lisboa, s.d. [1ª ed., Paris, 1942], pp. 404 ss.

⁷¹ Carta do P. Jerónimo Nadal ao P. Francisco de Borja, datada de Innsbruck, 5.12.1562 (Nadal, II, 172, citado em *Cartas do Brasil...*, p. 69*; veja-se também EX, I, 219*-220*).

⁷² *Relação anual das coisas que fizeram os Padres da Companhia de Jesus nas suas missões [...] nos anos de 1600 a 1609 [...]*, nova ed. de Artur Viegas [i.e., P. António Antunes Vieira, SJ], «Scriptores rerum Lusitanarum (Serie A)», vol. II, 1604 a 1606, Coimbra, 1931, p. 215.

É igualmente relevante o facto do bispo de Coimbra ter mandado imprimir duas edições no mesmo ano, num total de, pelo menos, mil exemplares, que fez distribuir gratuitamente.

As cartas não impressas eram, sem dúvida muito menos suspeitas de ceder a intuítos conscientes de apologia e de publicidade, transmitindo, sobretudo, informações que eram omissas ou negligenciadas nas relações impressas, quer de tipo económico, quer aludindo a costumes e a conflitos dentro da Ordem ou com as outras ordens⁷³. As cartas impressas destinavam-se fundamentalmente a edificar e a mostrar uma imagem heróica da Companhia e, conforme eram traduzidas e preparadas para editar eram sucessivamente expurgadas de tudo o que pudesse macular esses objectivos, sendo mesmo profundamente alteradas quando fosse necessário. As cartas ânuas que, com esta designação e obedecendo a critérios uniformes, surgiram publicadas pela primeira vez em 1583⁷⁴, são disto o exemplo acabado. Mas se tal favorecia a Companhia junto de um público mais vasto, tinha também um aspecto contra-producente, pois os mais cultos e de maior sentido crítico, chegavam a duvidar da veracidade dos factos ou mesmo das cartas⁷⁵ que, aliás, as houve falsas⁷⁶. Em 1627, advertia Cristóvão de Faria ao seu irmão, o respeitável escritor Manuel Severim de Faria para não se fiar

⁷³ Edmonde Lamalle, *Pour une édition systématique des relations et des lettres des Missionnaires Jésuits en Amérique*, separata de *Studi Colombiani*, II, Genova, 1951, p. 604.

⁷⁴ *Annuae litterae Societatis Jesu anni 1581, ad patres et fratres ejusdem societatis*, Roma, 1583. A partir de 1605, as edições são maioritariamente de cartas ânuas. O primeiro volume destas cartas referia-se ao ano de 1581 e continuaram a publicar-se os relatórios até 1614, constituindo uma colecção de 30 volumes. Depois, só se voltaram a publicar ânuas oficiais referentes aos anos de 1650 a 1654 (cf. John Correia-Afonso, *Jesuit Letters*, p. 37).

⁷⁵ «Las primeras letras de la India hasta el año de 49 se enbiarán con la primera comodidad y ya se están copiando. Anse imprimido estas letras de la India, o parte dellas, aqui en Portugal, y en Castilla, y en Italia, y quiçá que en cada una destas partes se quitarían diversas cosas o se corrigirían de diverso modo, imo assim se hizo; de lo qual algunas personas, o mas que lo notaran de fuera de la Compañia, se desedificó y quedó con poco concepto destas letras, pensando que eran fingidas. V. P. mirará en elo para la nueva impressión» (carta do P. Leão Henriques ao Geral, de Lisboa, 23.7.1566, citada em *Cartas do Brasil...*, ed. de Serafim Leite, pp. 67*-68*).

⁷⁶ Cf. Georg Schurhammer, «De Scriptis Spuriis S. Fr. Xaverii», in *Studia Missionalia*, I (Roma, 1943), pp. 1-50; id., «Cartas falsificadas de São Francisco Xavier», in *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa*, nova série, 2 (1930), pp. 923-934.

«facilmente de relações porque as mais são falsas, principalmente as dos padres da Companhia que tem algũs per grangearia falar bem ou mal dos homens segundo o pouco ou muito que comem com eles», e continua, «digo isto pelas duas cartas que ca me destes suas porque rara he a couza que contenha uerdade, sendo as mentiras tão claras E grandes [...] que as mais são conhecidas de qualquer homem que aqui chegasse ainda que não tiuesse naquele tempo [...]»⁷⁷.

Em conclusão: as cartas dos jesuítas, elaboradas e publicadas segundo normas estritas e com objectivos definidos, ocupavam lugar importante no quotidiano dos missionários, quer pela necessidade da escrita, quer pelo conforto que levavam a outros missionários. Mas também participavam activamente no quotidiano daqueles que não militavam na falange de Inácio de Loyola, ao levarem a muita gente as notícias (mesmo que bastante atrasadas e muitas vezes truncadas ou fantasiadas) do que se passava com as cristandades distantes. Orientavam ainda o público pelo exemplo e contribuïam para alargar o contacto das populações com a cultura letrada, numa Europa em renovação. E, enfim, aumentaram fortemente o gosto europeu pelas coisas orientais, que continuaria a frutificar ao longo dos séculos seguintes.

Principais abreviaturas

Cânones, 1574 — *CANONES / TRIVM CONGRE/GATIONVM GENERA-/LIVM SOCIETATIS IESV. / Auctoritate tertiae Congregationis / confect / CONIMBRICAE, / In Collegio Societatis Iesu, Anno / 1574. / Cum facultate Superiorum. — [colofon:] CONIMBRICAE / Excudebat Antonius à Ma-/ris Typograph. Vniuersit. / Anno 1574. / Cum facultate Inquisitorum. - 92, [1] p. [BN — RES. 4831 (4) P].*

DI — *Documenta Indica*, ed. de Joseph Wicki, 18 vols., «*Monumenta Historica SI*», Roma, 1948-1988.

DJ — *Documentos del Japon. 1547-1557*, vol. I, ed. de Juan Ruiz de Medina, SJ, «*Monumenta Historica SI*», vol. 137, Roma, 1990.

⁷⁷ Prossegue apontando alguns exemplos. Lisboa, Biblioteca Nacional, Reservados, ms. 29, n° 27 (carta do [Ceará], 2 de Janeiro de 1627).

- DM* — *Documenta Molucensia*, vol. 1, 1542-1576, ed. de Hubert Th. M. Jacobo, S.I., «Monumenta Historica SI», vol. 109, Roma, 1975.
- DPPO* — *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente. Índia*, ed. de António da Silva Rego, 2ª ed., até ao vol. IV, Lisboa, 1991-92.
- EX* — *Epistolae S. Francisci Xaverii aliquae eius scripta*, ed. de Georg Schurhammer e Joseph Wicki, «Monumenta Historica SI», vols. 67-68, Roma, 1944-45.
- MI* — *Monumenta Ignatiana ex autographis vel ex antiquioribus exemplis collecta, series tertia, Sancti Ignatii de Loyola Constitutiones Societatis Jesu*, vol. I, *Monumenta Constitutionum. Praevia*; vol. II, *Textus Hispanus*; vol. III, *Textus Latinus*, «Monumenta Historica SI», vols., 63, 64 e 65, Roma, 1934, 1936 e 1938.
- Regras*, 1582 — *REGRAS / DA COMPANHIA / DE IESV. / IMPRESSAS COM / Licença do Supremo Conselho da S. Inquisição, & do / Ordinario. / EM LISBOA PER / Antonio Ribeiro Impressor / de Sua C. R. M. / ANNO / 1582. - 52 fls. (BN - RES. 158 P).*
- Regras*, 1603 — *REGRAS / DA COMPANHIA DE JESU. / Impressas com Licença do Su-premo Conselho da S. In-quisiçãam, & do Or-/dinario. / EM EVORA / Por Manoel de Lyra Im/pressor. Anno 1603. - 112 pp. (BN - RES. 160 P).*